	Dias úteis		Sábados		Domingos e Feriados	
	8:00-20:00	20:00-8:00	8:00-13:00	13:00-8:00	8:00-20:00	20:00-8:00
Ginásio de Rítmica	35	45	35	45	55	60
Sala de Condição Física	80	100	80	100	115	125
Salão Nobre	75	90	75	90	105	115
Anfiteatro 1	50	60	50	60	75	85
Anfiteatro 2	45	55	45	55	65	70
Salas de Aula até 30 pessoas	15	30	15	30	45	50
Salas de Aula superior a 30 pessoas	20	35	20	35	40	55

Cruz-Quebrada, 18 de Junho de 2010. — O Presidente da Faculdade de Motricidade Humana, *Prof. Doutor Carlos Alberto Ferreira Neto*.

203469485

INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO

Aviso (extracto) n.º 14074/2010

Em cumprimento do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se publico que o equiparado a professor coordenador Caio César Pagano, da Escola Superior de Artes Aplicadas, do Instituto Politécnico de Castelo Branco, cessou funções por motivo de aposentação em 14 de Maio de 2010.

9 de Julho de 2010. — O Presidente, *Carlos Manuel Leitão Maia.*

203470578

INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA

Escola Superior de Educação de Coimbra

Despacho n.º 11573/2010

Por meu despacho de 12 de Maio de 2010, foi autorizada a mobilidade interna intercarreiras, ao abrigo do disposto nos artigos 59.º, 60.º, 62.º e 63.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, na redacção dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, para o exercício de funções da carreira/categoria de técnica superior, para o Serviço de Contabilidade do Instituto Superior de Engenharia de Coimbra, da assistente técnica do mapa de pessoal da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Coimbra, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, Maria da Ascenção Bonifácio Afonso, que fica posicionada na 2.ª posição remuneratória, nível 15 da carreira/categoria técnica superior, com efeitos a partir de 17 de Maio de 2010 inclusive e por um período de 6 meses.

12 de Maio de 2010 — O Presidente, *Rui Manuel Sousa Mendes*.

203469971

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA

Despacho (extracto) n.º 11574/2010

Nos termos do n.º 7 do artigo 9.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, que regulamenta a tramitação do procedimento concursal, torna-se pública a legislação necessária à preparação dos temas da prova de conhecimentos indicados na publicitação do procedimento publicitado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 105, de 31 de Maio de 2010, com o aviso n.º 10796/2010, de 24 de Maio de 2010, bem como na Bolsa de Emprego Público, com o código de oferta n.º OE201005/0948, no jornal *Diário de Notícias* do dia 4 de Junho de 2010, bem como no *site* oficial deste Instituto.

Para a preparação dos temas gerais, objecto de avaliação na prova de conhecimentos, aconselha-se a seguinte legislação:

• Constituição da República Portuguesa, Parte III — Organização do poder político, Título IX — Administração Pública;

• Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 Novembro com as alterações introduzidas pela Declaração de Rectificação 265/91, de 31 Dezembro; pela Declaração de Rectificação 22-A/92, de 29 Fevereiro, pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 Janeiro e pelo Acórdão TC 118/97, de 24 Abril — Código do Procedimento Administrativo;

• Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro e pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril — Estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas;

• Lei n.º 58/2008, de 9 de Setembro — Define o Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas;

• Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro — Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior;

• Despacho Normativo n.º 35/2008, de 8 de Julho, com as alterações introduzidas pela Declaração de Rectificação n.º 1826/2008, de 4 de Agosto — Estatutos do Instituto Politécnico de Leiria;

• Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro com as alterações introduzidas pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril — Aprova o Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas.

Para a preparação dos temas específicos, objecto de avaliação na prova de conhecimentos, aconselha-se a seguinte legislação:

• Decreto-Lei n.º 152/92, de 28 de Julho — Regime de Administração Financeira do Estado;

• Lei n.º 890, de 20 de Fevereiro — Bases da contabilidade pública;

• Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica n.º 2/2002, de 28 de Agosto, pela Lei n.º 23/2003, de 2 de Julho e pela Lei n.º 48/2004, de 24 de Agosto — Lei de enquadramento orçamental;

• Decreto-Lei n.º 166/98, de 25 de Junho — Sistema de controlo interno da administração financeira do Estado;

• Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro — Código dos Contratos Públicos;

• Lei n.º 37/2003, de 22 de Agosto — Estabelece as bases do financiamento do ensino superior;

• Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril — Cadastro e Inventário dos Bens do Estado;

• Portaria n.º 794/2000, de 20 de Setembro — Contabilidade aplicável ao sector da Educação;

• Decreto-Lei n.º 26/2002 — Classificação Económica das Receitas e Despesas Públicas.

Alerta-se para o conteúdo da alínea 20 do predito aviso no qual se refere que não é permitida a consulta de bibliografia ou legislação anotada.

9 de Julho de 2010 — O Presidente, *Nuno André Oliveira Mangas Pereira*.

203470083

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA

Declaração de rectificação n.º 1407/2010

Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 126, de 1 de Julho de 2010, o aviso n.º 13199/2010, rectifica-se a alínea *c*) do n.º 7. Assim, onde se lê «12.º Ano de escolaridade. Não sendo possível a substituição do nível habilitacional por formação e ou experiência profissional» deve ler-se «12.º ano de escolaridade, não havendo possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional».

1 de Julho de 2010. — O Administrador, *António José Carvalho Marques*.

203468991